

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	29
1. NOÇÕES	29
2. ESTADO.....	29
2.1. Noções.....	29
2.2. Funções ou Poderes Estatais.....	31
3. GOVERNO E A FUNÇÃO POLÍTICA.....	34
4. FUNÇÃO ADMINISTRATIVA.....	34
5. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: SENTIDOS.....	35
5.1. Sentido Objetivo, Material ou Funcional.....	36
5.2. Sentido Subjetivo, Formal ou Orgânico	37
6. Tópico-Síntese	37
CAPÍTULO II – DIREITO ADMINISTRATIVO: LIÇÕES INICIAIS.....	39
1. NOÇÕES	39
2. CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO	40
2.1. Critério Exegético ou Legalista.....	40
2.2. Critério do Poder Executivo.....	40
2.3. Critério da Relação Jurídica	40
2.4. Critério do Serviço Público	41
2.5. Critério Teleológico ou Finalista.....	41
2.6. Critério Negativista, Negativo ou Residual.....	41
2.7. Critério da Administração Pública.....	42
3. OBJETO DE ESTUDO.....	42
4. PRINCIPAIS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS	42
4.1. Sistema Francês, do Contencioso Administrativo ou da Dualidade de Jurisdições	43
4.2. Sistema Inglês, da Jurisdição Una ou da Unicidade de Jurisdição	43
4.3. Sistema Adotado pelo Brasil	43
5. FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	44

5.1. Lei	44
5.2. Jurisprudência.....	44
5.3. Costumes	45
5.4. Doutrina.....	45
6. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	45
7. TÓPICO-SÍNTESE.....	47
CAPÍTULO III – REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	49
1. NOÇÃO	49
2. REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO.....	50
3. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	51
3.1. Aplicação dos princípios administrativos e suas consequências práticas.....	52
3.2. Supraprincípios do Direito Administrativo	53
3.2.1. Significado de Interesse Público.....	54
3.2.2. Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado	55
3.2.3. Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	56
3.3. Princípios Constitucionais Expressos do Direito Administrativo.....	58
3.3.1. Legalidade	58
3.3.2. Impessoalidade	60
3.3.3. Moralidade	61
3.3.3.1. Moralidade e Probidade.....	63
3.3.4. Publicidade	63
3.3.5. Eficiência.....	66
3.4. Princípios Implícitos ou Reconhecidos do Direito Administrativo.....	67
3.4.1. Princípio da Finalidade.....	68
3.4.2. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade	68
3.4.3. Princípio da autotutela	69
3.4.4. Princípio da especialidade	70
3.4.5. Princípio da motivação.....	71
3.4.6. Princípio da segurança jurídica	73
3.4.6.1. Princípio da Segurança Jurídica e Teoria do Fato Consumado	75

CAPÍTULO IV – PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	81
1. Noções: PODERES E DEVERES do administrador.....	81
2. Características dos poderes administrativos.....	82
3. CLASSIFICAÇÃO	83
4. Poder Vinculado.....	83
5. Poder Discricionário	84
6. PODER HIERÁRQUICO	86
6.1. Conceito	86
6.2. Características.....	87
7. PODER DISCIPLINAR.....	88
8. PODER NORMATIVO OU REGULAMENTAR	92
8.1. Conceito.....	92
8.2. Espécies de regulamentos.....	93
8.2.1. Regulamentos executivos	93
8.2.2. Regulamentos autônomos.....	95
9. PODER DE POLÍCIA	97
9.1. Conceito	97
9.2. Poder de polícia em sentido amplo e em sentido estrito....	98
9.3. Polícia Administrativa e Polícia Judiciária.....	99
9.4. Competência.....	99
9.4.1. Exercício do poder de polícia por empregados públicos (celetistas).....	101
9.4.2. Delegação do poder de polícia a particulares	103
9.5. Atributos	103
9.5.1. Discricionariedade	103
9.5.2. Autoexecutoriedade.....	104
9.5.3. Coercibilidade.....	105
9.6. Limites	105
9.7. Prescrição.....	106
10. ABUSO DE PODER	106
11. TÓPICO-SÍNTESE.....	107
CAPÍTULO V – ATOS ADMINISTRATIVOS	111
1. NOÇÕES	111
2. ANATOMIA DO ATO ADMINISTRATIVO.....	113

2.1.	Declaração do Estado ou de quem o representante	113
2.2.	Produção imediata de efeitos jurídicos	114
2.3.	Regime jurídico de Direito Público.....	114
2.4.	Sujeito a controle do judiciário	115
3.	REQUISITOS OU ELEMENTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	115
3.1.	Competência	116
3.1.1.	Características da competência	116
3.1.2.	Delegação e avocação de competência	117
3.1.3.	Vícios de competência.....	120
3.2.	Finalidade.....	121
3.3.	Forma	123
3.4.	Motivo	123
3.4.1.	Vinculação e Discricionariedade	124
3.4.2.	Motivo, motivação e teoria dos motivos determinantes	124
3.5.	Objeto	127
3.5.1.	Vinculação e discricionariedade.....	128
3.6.	Elementos do ato segundo Celso Antônio Bandeira de Mello	128
4.	ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	130
4.1.	Presunção de legitimidade e veracidade	130
4.2.	Imperatividade ou coercibilidade.....	131
4.3.	Autoexecutoriedade.....	131
4.4.	Tipicidade.....	132
4.5.	Quadro comparativo: elementos e atributos do ato administrativo	133
5.	FORMAÇÃO E EFEITOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	133
6.	CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	135
7.	ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS	137
7.1.	Atos Gerais ou Normativos	137
7.2.	Atos Ordinatórios.....	139
7.3.	Atos Negociais	140
7.4.	Atos Enunciativos.....	142
7.5.	Atos Punitivos.....	144
8.	EXTINÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO	144

8.1. Cumprimento de seus efeitos	144
8.2. Renúncia	145
8.3. Desaparecimento do sujeito ou do objeto.....	145
8.4. Contraposição ou derrubada	146
8.5. Cassação.....	146
8.6. Caducidade	146
8.7. Anulação ou Invalidação	146
8.8. Revogação.....	151
9. CONVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO	153
9.1. Conversão do Ato Administrativo	155
10. TÓPICO-SÍNTESE.....	155
CAPÍTULO VI – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	167
1. NOÇÕES.....	167
2. Órgãos Públicos	168
2.1. Conceito	168
2.2. Teoria do Órgão	170
2.3. Classificação	171
2.4. Criação e extinção de órgãos	172
2.5. Concentração e desconcentração.....	173
3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA.....	174
3.1. Noções.....	174
3.2. Centralização e descentralização	176
3.2.1. Centralização/Descentralização x Concentra- ção/Desconcentração.....	179
4. ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA	180
4.1. Noções.....	180
4.2. Autarquias.....	182
4.2.1. Conceito.....	182
4.2.2. Características básicas das autarquias	182
4.2.3. Prerrogativas processuais.....	184
4.2.4. Regime jurídico	185
4.2.4.1. Conselhos profissionais	185
4.2.5. Agências Reguladoras	187
4.2.5.1. Noções.....	187

4.2.5.2.	Conceito.....	187
4.2.5.3.	Características	188
4.2.6.	Agências Executivas.....	192
4.3.	Fundações Públicas.....	193
4.3.1.	Peculiaridades do regime jurídico das fundações públicas de direito privado	194
4.4.	Empresas Estatais: Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	195
4.4.1.	Noções.....	195
4.4.2.	Espécies.....	196
4.4.3.	Criação e extinção	197
4.4.4.	Objeto	198
4.4.5.	Regime jurídico	199
4.4.5.1.	Licitação	200
4.4.5.2.	Regime de pessoal.....	200
4.4.5.3.	Recrutamento de seus dirigentes	201
4.4.5.4.	Controle	202
4.4.5.5.	Bens	203
4.4.5.6.	Responsabilidade civil.....	204
4.4.6.	Função social das empresas estatais	204
4.4.6.1.	Regime Tributário	204
4.4.6.2.	Falência.....	206
4.4.6.3.	Comparativo entre empresas públicas e sociedades de economia mista....	206
4.4.6.4.	Principais entendimentos relativos à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).....	207
4.5.	Consórcios Públicos.....	208
4.5.1.	Definição	208
4.5.2.	Espécies	208
4.5.3.	Etapas de criação e extinção	209
4.5.4.	Prerrogativas	210
4.5.5.	Contrato de rateio e de programa	211
5.	TERCEIRO SETOR.....	211
5.1.	Noções	211
5.2.	Serviços Sociais Autônomos	212

5.3. Entidades de Apoio	213
5.4. Organizações Sociais (OS)	214
5.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	216
5.5.1. Quadro comparativo entre OS e OSCIP	218
5.6. Fundos Patrimoniais.....	218
6. TÓPICO-SÍNTESE.....	220
CAPÍTULO VII - AGENTES PÚBLICOS	227
1. NOÇÕES	227
2. AGENTE PÚBLICO	227
2.1. Conceito.....	227
2.2. Classificação	228
2.3. Regime Jurídico	231
3. Cargos, Empregos e Funções.....	232
3.1. Cargo Público.....	233
3.1.1. Principais Classificações dos Cargos Públicos.....	233
3.2. Emprego Público.....	235
3.3. Função.....	235
4. Acesso A CARGOS EMPREGOS E FUNÇÕES.....	236
4.1. Concurso Público	237
4.1.1. Exceções à regra de concurso público e situações de ilegalidade	238
4.1.2. Prazo de Validade.....	241
4.1.3. Igualdade de oportunidades em concursos públicos	242
4.1.4. Questões envolvendo o exame psicotécnico.....	244
4.1.5. Direito subjetivo à nomeação e outras questões jurídicas.....	244
4.1.6. Momento de comprovação do preenchimento dos requisitos legais	246
4.2. Acumulação Remunerada De Cargos, Empregos e Funções	246
5. PROVIMENTO	249
5.1. Quadro Comparativo das Diversas Modalidades de Provedimentos Previstos na Lei 8.112/90.....	252
6. INVESTIDURA, POSSE E EXERCÍCIO	253

7. ESTÁGIO PROBATÓRIO, EFETIVIDADE, ESTABILIDADE E DISPONIBILIDADE.....	255
7.1. Estágio probatório.....	255
7.2. Efetividade	256
7.3. Estabilidade.....	256
7.4. Disponibilidade.....	257
8. VACÂNCIA	258
9. REMOÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO	259
10. SISTEMA REMUNERATÓRIO	261
10.1. Remuneração e subsídio.....	261
10.2. Peculiaridades Relacionadas à Remuneração e ao Subsídio	262
10.3. Teto Remuneratório.....	264
10.4. Pagamento de vantagens.....	267
10.4.1. Indenizações.....	267
10.4.2. Retribuições, gratificações e adicionais.....	270
11. DIREITOS SOCIAIS ASSEGURADOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS E DEPENDENTES	273
11.1. Extensão de direitos previstos no art. 7º da CF/88	273
11.2. Sindicalização e Greve (art. 37, VI e VII da CF/88).....	276
11.3. Outros direitos assegurados aos servidores públicos pela Lei 8.112/90.....	277
11.3.1. Férias	278
11.3.2. Licenças e afastamentos	279
11.3.3. Auxílio-natalidade	286
11.3.4. Salário-família	286
11.4. Benefícios Devidos aos Dependentes do Servidor.....	287
11.4.1. Auxílio funeral.....	287
11.4.2. Auxílio-reclusão.....	287
11.5. Benefício Devido Conjuntamente ao Servidor e Seus Dependentes	287
12. SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO.....	288
12.1. Responsabilidade Civil	288
12.2. Responsabilidade Penal.....	289
12.3. Responsabilidade Administrativa: regime disciplinar	289
12.3.1. Deveres.....	289
12.3.2. Penalidades	290

12.3.2.1. Advertência	291
12.3.2.2. Suspensão	291
12.3.2.3. Demissão	292
12.3.2.4. Cassação de aposentadoria ou disponibilidade	294
12.3.2.5. Destituição de cargo em comissão ou de função comissionada	295
12.3.2.6. Prescrição	295
12.4. Sindicância e processo administrativo disciplinar	297
12.4.1. Investigação Preliminar	298
12.4.2. Sindicância	298
12.4.3. Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	298
12.4.4. Revisão do processo	302
12.5. (In)Comunicabilidade Entre as Instâncias de Responsabilização	303
13. REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS AGENTES PÚBLICOS	304
13.1. Noções Gerais	304
13.2. Aposentadorias	306
13.2.1. Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho	307
13.2.2. Aposentadoria compulsória	308
13.2.3. Aposentadoria voluntária	309
13.2.3.1. Regras de transição para os servidores públicos federais	310
13.2.4. Aposentadorias voluntárias com requisitos e critérios diferenciados	310
13.2.4.1. Aposentadoria dos servidores com deficiência (art. 40, § 4.º-A)	311
13.2.4.2. Aposentadoria dos agentes de segurança (art. 40, § 4.º-B)	311
13.2.4.3. Aposentadoria especial do servidor público (art. 40, § 4.º-C)	312
13.2.4.4. Aposentadoria do professor (art. 40, § 5.º)	313
13.2.5. Cálculo dos proventos de aposentadoria	314
13.2.6. Vedações constitucionais em matéria de aposentadoria	317

13.3. Pensão por morte	318
13.3.1. Requisitos gerais.....	318
13.3.2. Tempo de duração da pensão por morte.....	322
13.3.3. Cálculo da pensão por morte	323
13.4. Acumulação de benefícios previdenciários.....	325
13.5. Contagem Recíproca.....	326
13.6. Reajuste das aposentadorias e pensões.....	327
13.7. Contribuição dos servidores, aposentados e pensionistas	327
13.8. Abono de permanência	328
13.9. Previdência Complementar.....	329
14. Tópico-síntese.....	330

CAPÍTULO VIII – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... 339

1. NOÇÕES	339
2. DEFINIÇÃO	340
3. NATUREZA JURÍDICA	341
4. ELEMENTOS	342
5. Sujeitos	342
5.1. Sujeito ativo.....	343
5.1.1. A questão envolvendo os agentes políticos.....	343
5.2. Sujeito Passivo	345
5.2.1. Concorrência de terceiros para a prática do ato de improbidade.....	346
6. modalidades de atos de improbidade administrativa.....	347
6.1. Atos que importam em enriquecimento ilícito do agente..	348
6.2. Atos que importam em prejuízo ao erário	350
6.3. Atos que importem em concessão, aplicação e manutenção de benefício financeiro ou tributário relacionado ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	352
6.4. Atos que atentam contra princípios da Administração	353
6.5. Condutas que se Enquadram em Mais de uma Modalidade	354
6.6. A questão da tentativa.....	355
7. Elemento Subjetivo.....	355
8. SANÇÕES.....	356

9. DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES	359
10. APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE NA SEARA ADMINISTRATIVA.....	360
11. Ação Civil de Improbidade Administrativa.....	362
11.1. Legitimados.....	362
11.2. Regras de competência	363
11.3. Procedimento.....	364
11.4. Transação, acordo ou conciliação.....	366
11.5. Prevenção do juízo para as ações posteriores	367
11.6. Tutelas de urgência na ação de improbidade administrativa.....	367
12. Prescrição	370
13. ESQUEMA DE DISPOSIÇÃO DOS TEMAS TRATADOS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	373
14. TÓPICO-SÍNTESE	374
CAPÍTULO IX - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.....	379
1. NOÇÕES.....	379
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS TEORIAS SOBRE A RESPONSABILIDADE DO ESTADO	380
2.1. Teoria da Irresponsabilidade do Estado.....	380
2.2. Teorias civilistas	380
2.2.1. Teoria dos Atos de Império e dos Atos de Gestão .	380
2.2.2. Teoria da Culpa Civil	381
2.3. Teorias publicísticas	381
2.3.1. Teoria da Culpa Administrativa (culpa anônima, falta do serviço público ou acidente do serviço) ...	382
2.3.2. Teorias do risco (objetivas)	383
3. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO DIREITO BRASILEIRO.....	384
3.1. Responsabilidade objetiva	384
3.1.1. Noções	384
3.1.2. Elementos ou Requisitos	386
3.1.2.1. Ação administrativa.....	386
3.1.2.2. Dano indenizável	387

3.1.2.3. Nexo de causalidade	388
3.1.3. Aplicação da Teoria do Risco Integral	391
3.2. Responsabilidade subjetiva	392
3.2.1. Empresas estatais exploradoras de atividade econômica.....	394
4. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATOS JUDICIAIS E LEGISLATIVOS	395
5. SITUAÇÕES ENVOLVENDO DETENTOS	396
6. REPARAÇÃO DO DANO	398
6.1. Dimensão da Reparação do Dano	398
6.2. Prazo Prescricional	399
6.3. Formas de Reconhecimento do Dever de Indenizar	400
6.4. Ação de Reparação	400
6.4.1. Denúnciação à Lide	401
7. AÇÃO DE REGRESSO DA ADMINISTRAÇÃO CONTRA O AGENTE CAUSADOR DO DANO.....	402
8. TÓPICO-SÍNTESE.....	403
CAPÍTULO X – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	405
1. NOÇÕES	405
2. CLASSIFICAÇÃO	406
3. CONTROLE ADMINISTRATIVO.....	407
3.1. Fiscalização Hierárquica	408
3.2. Supervisão Ministerial.....	408
3.3. Direito de Petição.....	409
3.4. Processo Administrativo.....	409
3.5. Recursos Administrativos	409
3.5.1. Classificação dos Recursos Administrativos.....	410
3.5.2. Efeitos.....	410
3.5.3. Requisito de Admissibilidade do Recurso Administrativo.....	410
3.6. Responsabilização de pessoas jurídicas por atos de corrupção (lei anticorrupção).....	411
3.6.1. Responsabilização Administrativa	412
3.6.2. Processo Administrativo de Responsabilização	413
3.6.3. Acordo de Leniência.....	413

3.6.4. Responsabilização Judicial.....	414
4. CONTROLE LEGISLATIVO.....	415
4.1. Tribunal de Contas.....	416
5. CONTROLE JUDICIAL.....	419
5.1. Ações Judiciais.....	420
6. TÓPICO SÍNTESE.....	423
CAPÍTULO XI – PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL	425
1. NOÇÕES.....	425
2. PRINCÍPIOS.....	426
3. DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO	427
4. INÍCIO DO PROCESSO.....	427
5. IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO.....	428
6. DOS ATOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	429
6.1. Forma, tempo e lugar dos atos	429
6.2. Comunicação dos atos.....	431
7. DA INSTRUÇÃO	432
7.1. Prazos específicos da instrução	433
8. DA DECISÃO.....	433
8.1. Desistência e outros casos de extinção.....	434
9. DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO.....	434
10. A QUESTÃO DO DANO PROCESSUAL.....	435
11. TÓPICO-SÍNTESE.....	436
CAPÍTULO XII – LICITAÇÃO	439
1. NOÇÕES.....	439
1.1. Normas de direito intertemporal.....	442
2. OBJETO.....	444
3. PRINCÍPIOS.....	445
4. CONTRATAÇÃO DIRETA	445
4.1. Inexigibilidade de licitação	446
4.2. Dispensa de licitação	448
4.3. Licitação dispensada.....	450
4.4. Formalização da contratação direta.....	451
4.5. Quadro comparativo	452

5. MODALIDADES DE LICITAÇÃO.....	452
5.1. Procedimentos Auxiliares.....	457
6. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO.....	461
7. FASES DA LICITAÇÃO: ASPECTOS PROCEDIMENTAIS.....	463
7.1. Fase Interna.....	464
7.1.1. Disciplina da Lei 8.666/93.....	464
7.1.2. Disciplina da Lei 14.133/2021.....	465
7.2. Fase externa.....	466
7.2.1. Divulgação do edital de licitação.....	466
7.2.2. Apresentação de propostas e lances.....	469
7.2.3. Julgamento.....	471
7.2.4. Habilitação.....	474
7.2.5. Encerramento da licitação.....	477
7.3. Peculiaridades do pregão (Lei 10.520/02).....	479
7.4. Peculiaridades da licitação para contratação de serviços de publicidade: Lei 12.232/10.....	481
8. REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC)....	483
8.1. Noções.....	483
8.2. Objeto.....	484
8.3. Procedimento.....	485
8.3.1. Inversão de fases.....	485
8.3.2. Critérios de julgamento.....	485
8.3.3. Procedimentos auxiliares das Licitações.....	486
8.3.4. Possibilidade de instituição de remuneração variável.....	487
8.3.5. Contratação Simultânea.....	487
9. LICITAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS: Lei 13.303/16.....	488
9.1. Objeto.....	488
9.2. Contratação Direta.....	489
9.3. Procedimento.....	490
9.3.1. Fase preparatória.....	490
9.3.2. Fase externa.....	491
10. TÓPICO-SÍNTESE.....	493
CAPÍTULO XIII – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	497
1. NOÇÕES.....	497

2. CARACTERÍSTICAS	498
2.1. Participação da Administração Pública no ajuste	498
2.2. Busca do interesse público	498
2.3. Incidência de normas de Direito Público	499
2.4. Existência de Cláusulas Exorbitantes	499
2.5. Formalismo	499
2.6. Publicidade	500
2.7. Pessoalidade	501
2.8. Prazo determinado	503
3. CLÁUSULAS EXORBITANTES	504
3.1. Possibilidade de alteração unilateral	505
3.2. Possibilidade de rescisão unilateral	506
3.3. Fiscalização da execução do contrato	506
3.4. Aplicação de sanções	507
3.5. Ocupação provisória	510
3.6. Exigência de garantias	510
3.7. Restrição ao uso da exceção do contrato não cumprido (exception non adimpleti contractus)	512
4. EXECUÇÃO DOS CONTRATOS	514
4.1. Responsabilidades do contratado	514
4.2. Encargos do contrato	514
5. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO	517
5.1. Reajuste	517
5.2. Repactuação	519
5.3. Revisão	520
5.4. Alocação de Riscos	522
6. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	523
7. CONTRATOS CELEBRADOS PELAS EMPRESAS ESTATAIS: Lei 13.303/16	525
7.1. Formalização	526
7.1.1. Cláusulas essenciais	526
7.1.2. Garantias	527
7.1.3. Prazo de duração	527
7.2. Alteração	527
7.3. Execução	529

7.4. Sanções administrativas.....	530
8. TÓPICO-SÍNTESE.....	531
CAPÍTULO XIV – SERVIÇOS PÚBLICOS	533
1. NOÇÕES	533
2. CONCEITO	534
3. CLASSIFICAÇÃO	535
3.1. Quanto aos destinatários (serviços gerais e individuais)...	535
3.2. Quanto ao objeto (serviços administrativos, comerciais ou industriais e sociais)	536
3.3. Quanto à essencialidade (serviços públicos propriamente ditos e serviços de utilidade pública).....	537
3.4. Quanto à delegabilidade (serviços públicos próprios e impróprios)	537
4. DISCIPLINA CONSTITUCIONAL	538
5. Participação, Proteção e Defesa dos Usuários Dos Serviços Públicos da Administração Pública (Lei 13.460/17).....	539
6. DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	541
7. CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	542
7.1. Noções	542
7.2. Serviço adequado.....	542
7.3. Princípios informativos dos serviços públicos.....	543
7.3.1. Continuidade.....	543
7.3.2. Eficiência.....	544
7.3.3. Mutabilidade	544
7.3.4. Cortesia na Prestação.....	544
7.4. Direitos e obrigações dos usuários.....	545
7.5. Peculiaridades da licitação de concessão	545
7.6. Contratação.....	547
7.7. Intervenção na concessão	547
7.8. Extinção do contrato de concessão	548
7.8.1. Termo final do prazo.....	549
7.8.2. Encampação	549
7.8.3. Caducidade.....	549
7.8.4. Rescisão	550

7.8.5.	Anulação.....	551
7.8.6.	Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.....	551
8.	CONCESSÕES ESPECIAIS: PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	552
8.1.	Noções.....	552
8.2.	Vedações	552
8.3.	Licitação	553
8.4.	Contrato	554
8.5.	Garantias	555
9.	PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	555
9.1.	Noções.....	555
9.2.	Diferenças entre permissão e concessão	555
10.	AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	556
11.	QUADRO COMPARATIVO: CONCESSÃO COMUM E PATROCINADA, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	557
12.	TÓPICO-SÍNTESE.....	558
CAPÍTULO XV – BENS PÚBLICOS		561
1.	NOÇÕES	561
2.	CONCEITO	561
3.	Classificação	562
3.1.	Quanto à destinação.....	562
3.2.	Quanto à titularidade	563
3.3.	Quanto à disponibilidade.....	565
4.	Regime jurídico dos bens públicos.....	565
5.	Afetação e desafetação.....	567
6.	Utilização de bens públicos	567
7.	Aquisição e alienação de bens públicos.....	571
8.	Tópico-síntese.....	574
CAPÍTULO XVI – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE		577
1.	NOÇÕES	577
2.	COMPETÊNCIA PARA DISPOR SOBRE INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE	577

3. ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE	578
4. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	578
5. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA.....	579
6. REQUISIÇÃO	580
7. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA.....	581
8. TOMBAMENTO.....	582
8.1. Definição.....	582
8.2. Competência.....	583
8.3. Objeto	583
8.4. Características.....	584
8.5. Indenização	584
8.6. Constituição do tombamento	584
9. DESAPROPRIAÇÃO	587
9.1. Definição.....	587
9.2. Objeto.....	588
9.3. Competência.....	589
9.4. Modalidades de desapropriação	590
9.4.1. Desapropriações Ordinárias ou Comuns	590
9.4.2. Desapropriações-sanção ou sancionatórias.....	591
9.5. Desapropriação-confisco.....	592
9.6. Desapropriação por zona ou extensiva	593
9.7. Desapropriação indireta	594
9.8. Procedimento	595
9.8.1. Fase declaratória.....	595
9.8.2. Fase executiva ou executória	595
9.8.3. Procedimento judicial	596
9.8.3.1. Imissão provisória na posse.....	598
9.9. Indenização, correção monetária e juros	599
9.10. Honorários advocatícios	601
9.11. Retrocessão	602
10. TÓPICO-SÍNTESE.....	603
BIBLIOGRAFIA	605